

Acordo para equacionamento do déficit é proposto na Câmara de Mediação e de Conciliação da Advocacia-Geral da União

O Ministério da Previdência Social propôs, nesta terça-feira (16), a ampliação do diálogo entre União e portuários federais sobre o processo de acordo para equacionamento do déficit do fundo de pensão Portus. O processo está na Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal (CCAF), vinculada à Advocacia-Geral da União (AGU).

Durante a reunião com a deputada federal Laura Carneiro e a representante do Sindicato dos Trabalhadores Portuários do Rio de Janeiro, Nildes Sampaio, o ministro Carlos Lupi ponderou sobre a importância da análise conjunta para definição de uma proposta “equilibrada e justa”.

“Buscamos caminhos através de um debate democrático entre todas as partes, incluindo a mais frágil, que é composta pelos trabalhadores que contribuíram durante décadas”, explicou, acompanhado do secretário do Regime Próprio e Complementar, Paulo Pinto, e do diretor-superintendente da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), Ricardo Pena.

“O governo federal tem sensibilidade para encontrar uma solução que assegure a complementação das aposentadorias e a viabilidade do fundo. É uma pauta complexa, mas existe a atuação integrada para resolver”, concluiu.

Fonte: Ministério da Previdência Social, em 16.04.2024